ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Município de Taubaté não possui rede própria para a arrecadação de tributos e demais receitas públicas do município, sendo assim, se vale de outras instituições para o recebimento dos tributos e demais receitas públicas. O recebimentos dos valores devidos é um serviço continuado realizado através da emissão de guias e boletos de pagamentos, logo é de suma importância habilitar instituições financeiras para o recebimento das mesmas, via chamamento público, sendo tratados em separados os recebimentos via Pix.

A contratação se faz necessária para que o Município de Taubaté possa manter suas atividade de arrecadação de tributos e demais receitas, por meio de guias e boletos, e outros documentos de arrecadação, pagos via Pix, visando à facilitação do processo de arrecadação e melhor atendimento à população no pagamento dos valores devidos com facilidade de acesso e rapidez.

2 ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PAC)

O presente item não se aplica a proposta de eventual contratação em tela posto que não há Plano Anual de Contratações em vigor na Prefeitura Municipal de Taubaté até a presente data.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Poderão participar as Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil, legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de idoneidade por parte do Poder Público, e que atenderem às exigências constantes deste Estudo Técnico Preliminar e seus documentos correlatos, bem como as demais normas estabelecidas pelo Município

4. **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

A quantidade estimada de autenticações foi baseada em levantamento efetuado pela Área de Tesouraria considerando o período de janeiro a outubro de 2024, é estimado o recebimento de tributos, taxas e demais receitas municipais, através de 1.056.554 guias a serem pagas, das quais estimamos aproximadamente 30% (trinta por cento) sejam pagas via Pix, no montante de 316.966 (trezentos e dezesseis mil e novecentos e sessenta e seis) recebimentos, conforme quadro a seguir:

Quantitativos Estimados	
Itens	**Quantidade**
Correspondente Bancário	-
Internet Banking	668.284
Autoatendimento	110.160
Lotéricas	264.926
Débito Automático	13.184
Total estimado	**1.056.554**
Receber até 30% via PIX	**316.966**

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para levantamento de mercado e a escolha consideramos em 03 (três) as alternativas possíveis para suprir a necessidade de arrecadação de tributos e demais receitas públicas do município via PIX, as quais elencamos a seguir:

- **Chamamento Público:** Como ponto positivo teríamos um único certame para toda a arrecadação de tributos e taxas municipais, porém restariam problemas técnicos sobre qual instituição financeira seria responsável pela conta bancária dos valores arrecadados via Pix, considerando não ser possível uma mesma chave ser vinculada a mais de uma instituição financeira. Também destacamos não ser viável tecnicamente a criação de inúmeras chaves Pix e todos os problemas técnicos para inclusão de mais de uma chave num único documento de pagamento.
- **Contratação Direta:** Como positivo destacamos a facilidade da contratação direta via Dispensa de Licitação de uma instituição financeira para operacionalização dos recebimentos via Pix, solução adotada por alguns municípios, citando como exemplo a cidade de São José dos Campos que possui contrato vigente com o Banco do Brasil, cabendo ainda ressaltar eventuais vantagens de relacionamento de longa data com a instituição financeira escolhida. Como ponto negativo podemos citar a possibilidade de obtenção de valores mais vantajosos ao erário, além de eventuais questionamentos por parte do Tribunal de Constas do Estado por conta da escolha direta.
- **Pregão Eletrônico:** A adoção dessa opção apresenta uma vantagem estratégica significativa, uma vez que possibilita a participação de múltiplas instituições financeiras na arrecadação de tributos e taxas municipais. Esse modelo amplia substancialmente a rede de atendimento disponível à população, garantindo maior capilaridade e acessibilidade ao serviço em âmbito nacional. Além disso, a concorrência gerada entre as instituições financeiras estimula uma disputa acirrada para a oferta das menores tarifas pelo processamento de pagamentos via Pix. Esse cenário competitivo tende a resultar em propostas mais vantajosas para a administração pública, promovendo uma redução expressiva dos custos operacionais relacionados à arrecadação. Ao final do certame, a escolha da instituição vencedora será pautada não apenas pela eficiência e segurança na prestação do serviço, mas também pelo menor custo ofertado, o que representa um importante ganho econômico para o Município. Dessa forma, a implementação desse modelo

reforça a sustentabilidade fiscal da gestão municipal, garantindo maior eficiência na destinação dos recursos públicos. Como ponto negativo, destacamos a possibilidade de uma instituição financeira distinta das que atualmente prestam serviço ao Município ser declarada vencedora de eventual certame licitatório. Essa mudança pode gerar desafios operacionais, especialmente no período de transição, exigindo a adaptação dos sistemas e processos utilizados para a arrecadação de tributos e taxas municipais. Além disso, é importante ressaltar que a disputa entre as instituições financeiras pode prolongar o prazo para a efetivação do novo contrato, considerando os trâmites licitatórios, eventuais impugnações e a necessidade de ajustes operacionais. Esse fator pode impactar diretamente a eficiência da arrecadação municipal no curto prazo, tornando essencial um planejamento detalhado para minimizar riscos e garantir a continuidade dos serviços sem interrupções.

Após a apresentação das opções e a análise criteriosa dos prós e contras de cada uma, concluímos que a adoção do pregão eletrônico se revela a alternativa mais vantajosa para atender aos interesses do Município. Esse modelo proporciona um processo competitivo transparente e eficiente, possibilitando a participação de diversas instituições financeiras de grande porte, o que tende a resultar na oferta de melhores condições, especialmente no que diz respeito à redução de custos operacionais.

Além disso, a ampla concorrência no certame contribui para a seleção da proposta mais vantajosa, garantindo não apenas economia para a administração pública, mas também um serviço de arrecadação mais eficiente e acessível à população. A adoção desse modelo permite que o pagamento de tributos e taxas municipais seja realizado em nível nacional, ampliando as opções de atendimento e assegurando maior praticidade para os contribuintes.

Dessa forma, o pregão eletrônico se apresenta como a solução mais equilibrada entre eficiência operacional, competitividade e conveniência, garantindo que o Município possa otimizar sua arrecadação sem comprometer a qualidade e a continuidade dos serviços prestados à população.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Os valores da contratação foram estimados com base em pesquisa de preços praticados em certames semelhantes com foco em Municípios do Estado de São Paulo, incluindo a capital do Estado, sendo apurada a média aritmética dos valores unitários por recebimentos contratados com as instituições financeiras de cada certame, a qual multiplicada pelos quantitativos médios estimados para recebimento via Pix em 30% das guias emitidas no período de janeiro a outubro de 2024, se chegou ao valor estimado da contratação, conforme consta quadro abaixo:

Cidade	Valor Unitário	Banco	Modalidade
Marília - SP	R$ 0,50	Santander	Pregão Eletrônico
Santa Maria - RS	R$ 0,52	Banco do Brasil	Pregão Eletrônico
São Paulo - SP	R$ -	Bradesco	Pregão Eletrônico
Indaiatuba - SP	R$ 0,01	Bradesco	Pregão Eletrônico
Ubatuba - SP	R$ 0,02	Santander	Pregão Eletrônico
Campinas - SP	R$ 0,03	Bradesco	Pregão Eletrônico
Valor Médio	**R$ 0,18**		
Valor estimado - 316.966	**R$ 57.053,88**		

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente contratação tem como objetivo a prestação de serviços especializados para a arrecadação de tributos e outras receitas municipais, com a respectiva prestação de contas por meio do Sistema de Pagamentos Instantâneos (PIX). A solução deve permitir a emissão e gestão de cobranças por QR Codes dinâmicos e/ou estáticos e chaves PIX, promovendo agilidade, segurança e praticidade para contribuintes e eficiência no controle financeiro pelo município.

A plataforma contratada deverá integrar-se aos sistemas municipais de gestão tributária e financeira, permitindo a consulta, geração de cobranças e emissão de comprovantes com conciliação automática de pagamentos. Além disso, deverá oferecer relatórios detalhados para o controle das receitas arrecadadas e uma solução integrada para conciliação bancária, garantindo a identificação precisa dos pagamentos realizados, em conformidade com normas do Banco Central e a LGPD.

Será fundamental a disponibilização de suporte técnico especializado e a capacitação de servidores para o uso eficiente da plataforma. A solução busca modernizar os processos de arrecadação, reduzir custos operacionais e oferecer aos cidadãos uma experiência mais simples e segura no cumprimento de suas obrigações fiscais.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Não há aplicação de parcelamento ao objeto do presente estudo técnico, por se tratar de serviços unitários, conforme demandas a serem supridas no decorrer do ano.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação dos serviços de arrecadação integrada por meio do Sistema de Pagamentos Instantâneos (PIX), espera-se modernizar e tornar mais eficientes os processos de recebimento de tributos e outras receitas municipais. A solução tecnológica deve simplificar e automatizar essas operações, proporcionando maior controle, redução de processos manuais e melhoria na gestão financeira do município.

A expectativa é oferecer aos contribuintes uma experiência mais prática e acessível, permitindo o pagamento de tributos de forma rápida e segura por meio de QR Codes e chaves PIX, disponíveis 24 horas por dia, todos os dias da semana. Além disso, a plataforma deverá automatizar a conciliação financeira e gerar relatórios detalhados das receitas arrecadadas, assegurando transparência e precisão nas informações financeiras, além de redução de custos operacionais com processos administrativos e compensação bancária.

Outro resultado esperado é a conformidade da solução com as normas do Banco Central e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo segurança e integridade das transações. O fornecedor deverá também capacitar os servidores municipais e oferecer suporte técnico contínuo para assegurar o pleno funcionamento da solução contratada, contribuindo para uma administração pública mais eficiente e uma experiência cidadã mais satisfatória.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Antes da celebração do contrato com a instituição financeira vencedora do certame, a Administração deve verificar rigorosamente a documentação apresentada, garantindo a regularidade fiscal, trabalhista e técnica, além da capacidade operacional e financeira da mesma. É necessário avaliar a compatibilidade das propostas com os objetivos de economicidade e eficiência pretendidos, assegurando que os sistemas ofertados atendam às necessidades do Município de Taubaté.

Adicionalmente, a Administração deve preparar um plano de gestão contratual que inclua indicadores de desempenho e mecanismos para monitorar a qualidade da execução. Reuniões preparatórias com as instituições financeiras devem alinhar expectativas e definir prazos de implementação. Por fim, a designação e capacitação de fiscais do contrato é essencial para garantir o acompanhamento contínuo e eficiente da prestação dos serviços, assegurando a aplicação adequada dos recursos públicos.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

No que se refere às contratações correlatas ou interdependentes, é importante destacar que atualmente há um contrato vigente com o Banco do Brasil. No entanto, em virtude do presente pregão eletrônico, após a homologação do contrato resultante desse processo, o contrato atual será rescindido unilateralmente.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Diminuição no uso de papel com várias contratações individuais; previsão da logística por conta do credenciado evitando assim excessos ou abusos nas demandas.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

A adoção de Pregão Eletrônico para contratação de serviços de arrecadação integrada de tributos e outras receitas municipais, e a respectiva prestação de contas, por intermédio do Sistema de Pagamentos Instantâneos – PIX. Ao promover maior competição, ampliação das instituições participantes do certame na busca por melhores preços, essa iniciativa contribui para melhorar valor efetivamente arrecada pelo Município, aumentando a eficiência na gestão de recursos públicos. Com uma seleção criteriosa e um acompanhamento rigoroso da execução contratual, a Administração pode assegurar que os objetivos de eficiência, transparência e sustentabilidade sejam plenamente alcançados, fortalecendo a capacidade arrecadatória e a confiança da população no sistema arrecadatório municipal.

Declaramos ainda que o presente Estudo Técnico Preliminar atende a todas as especificações da Lei n° 14.133/2021.

Taubaté, 12 de março de 2025.

Vanessa Presotto

Diretora de Administração Financeira

Matheus Gustavo do Prado

Secretário da Fazenda